



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão do Partido
Operário Revolucionário

(11) 95446-2020 pormassas.org

Nº 26 10 de junho de 2024



Mais um massacre na Faixa de Gaza Estratégia do genocídio

No dia 8 de junho, um dia após completar oito meses de ocupação na Faixa de Gaza, as Forças de Defesa de Israel desfecharam um ataque por terra e ar matando 274 palestinos, entre eles 64 crianças e adolescentes, 57 mulheres e 37 idosos, estimando-se 698 feridos, 153 crianças, 161 mulheres e 54 velhos. Contabilizam-se 37.124 vítimas fatais da ofensiva militar de Israel. Esses números tendem a crescer mais e mais, uma vez que o objetivo de liquidar o Hamas e tomar o poder da Faixa de Gaza implica a matança dos palestinos.

A decisão de passar por cima de milhares de corpos para o Estado sionista apossar-se dessa parte do que restou do território palestino expressa a estratégia do genocídio. O sionismo tem como fundamento histórico o domínio integral da Palestina, a expulsão e matança generalizada de palestinos, bem como sua total submissão pelo poder das armas e da economia. A anexação passo a passo da parcela territorial que permaneceu na Faixa de Gaza e Cisjordânia é a condição de manutenção e afirmação do Estado sionista frente aos Estados árabes e ao Estado persa.

Na Faixa de Gaza, o cerco econômico, social e militar expressa mais claramente que a estratégia do expansionismo conduz ao genocídio. Isso porque o Hamas e outras organizações da jihad islâmica ofereceram resistência armada, embora infinitamente inferior ao poderio do Estado de Israel. Na Cisjordânia, graças ao fraudulento acordo de Oslo e a instituição da Autoridade Palestina completamente submissa aos desígnios do imperialismo, a anexação vem sendo feita pela implantação do colonato judeu. O massacre de palestinos na Cisjordânia se distingue apenas em grau do da Faixa de Gaza.

O governo de Netanyahu e a sua coligação são o resultado de 76 anos de choques e ações expansionistas de tomada de terras dos palestinos. A fração da burguesia sionista que chegou a conceber uma coexistência pacífica com os palestinos sob as condições dos acordos de Oslo se encolheu. O assassinato de Yitzhak Rabin, que foi 1º Ministro de Israel, pelo judeu Yigal Amir ultrassionista em 1995, refletiu a resistência a qualquer tentativa de permitir um Estado palestino, ainda que na forma caricatural e subordinada ao militarismo israelita, como previa o acordo de Oslo.

O governo de Shimon Peres, pelo Partido Trabalhista, por sua vez, fracassou no objetivo de dar sequência à linha de Rabin e administrar o confronto com os palestinos nos marcos dos acordos de Oslo e da orientação dos Estados

Unidos. A criação do partido Likud (Consolidação) em 1973, sob a liderança de Menachem Begin, radical defensor da dominação total do Estado sionista de Israel sobre o território palestino, definiu o curso que tomaria o choque com o povo palestino. A aliança do Partido Trabalhista com o Likud aplainou o caminho para o fortalecimento da liderança de Netanyahu e ampliou o poder político da ala sionista claramente opositora a um Estado palestino e defensora do expansionismo territorial pela via do genocídio. Como dessa plataforma, definiu-se pela anexação integral de Jerusalém. O fracasso dos acordos de Oslo e, neste marco, a capitulação do Fatah-OLP, sob a direção de Yasser Arafat, debilitou a luta do povo palestino contra o colonialismo sionista-imperialista e pela sua autodeterminação.



É fundamental estabelecer a base material e histórica desse processo que, no presente momento, configura com absoluta clareza o caráter genocida da criação do Estado sionista de Israel em 1948 pela ONU. A admissão pela ONU do objetivo do movimento sionista gestado no final do século XIX ocorreu nas condições da Primeira e Segunda Guerra Mundial. A

dominação imperialista pela Inglaterra e Estados Unidos responde historicamente a artificial criação do Estado sionista na Palestina. Não seria possível ao movimento concebido e organizado por Theodor Herzl impor aos palestinos um Estado de fora para dentro se não fosse a divisão do mundo oriunda das duas guerras mundiais. O povo palestino foi uma das vítimas mais duramente atingida pelas novas condições de dominação do Oriente Médio pelo imperialismo inglês e norte-americano. Os Estados Unidos, em particular, viram na criação do Estado de Israel a possibilidade de ter um enclave em meio ao convulsivo Oriente Médio. Eis por que o financiamento e o armamento ao Estado sionista foi e tem sido seu sustentáculo. Certamente, tem importância a contribuição da aliança imperialista forjada pelos Estados Unidos. Os fracassados acordos de Oslo resultaram dessa aliança. Os embates entre as tendências internas ao sionismo israelita – Partido Trabalhista, Likud etc. - refletiram as pressões do imperialismo nas condições de choques na Palestina e no Oriente Médio. A fração francamente empenhada na anexação integral da Palestina se potenciou com a ajuda dos Estados Unidos e aliados. O Likud e o governo de Netanyahu devem sua ascensão no poder do Estado ao imperialismo.

A necessidade do Estado sionista – embrionário em

1948 – se expandir não só diante da resistência dos palestinos, mas também dos libaneses e sírios, sobretudo, está determinada pelas forças produtivas. Era impossível criar o Estado de Israel e um Estado palestino como foi decidido pela ONU. A resistência palestina e árabe pelo menos até o acordo de Oslo, seguida de massacres, evidenciou essa impossibilidade histórica. Com o acordo de Oslo e seu fracasso, ficou patente de uma vez por todas que a natureza do Estado sionista se assentava na dominação e na opressão nacional. Ou os palestinos se renderiam, ou pagariam com sangue. Os sionistas, tanto de ultradireita quanto de centro-esquerda, se negaram a admitir a via do genocídio. O massacre na Faixa de Gaza se processa contra uma população empobrecida, castigada pelo cerco econômico e desarmada.

A resistência do Hamas e outras organização islâmicas sempre foi infinitamente inferior e completamente incapaz de derrotar a poderosa Força de Defesa de Israel. A sua operação militar em 7 de outubro de 2023, que resultou na morte de 1194 israelenses e na captura de 251 reféns, serviu de motivo para o Estado sionista ir adiante com sua estratégia genocida. Os Estados Unidos e a aliança imperialista são os responsáveis, em última instância, por essa estratégia materializada sob o governo do Likud.

A bandeira de “direito de defesa”, tão propagada pelo governo Biden, mascarou inicialmente a estratégia do genocídio. Depois de oito meses de bombardeios, invasão, cerco alimentar, destruição das condições hospitalares, remoção de mais de um milhão de palestinos do norte para os sul e proliferação de acampamentos de refugiados, Netanyahu e seus militares realizam a limpeza no sul, ocupando Rafah. Essa investida é lançada quando a maioria dos países já condenou a carnificina e exigiu um cessar-fogo. Na ONU, se aprovou uma moção de fim da matança de civis. Nada que se faça na Corte Internacional de Justiça e no Tribunal Penal Internacional, organismos da ONU, para barrar a matança de civis tem qualquer efeito prático. O jogo de Biden em torno a um acordo de cessar-fogo cai por terra a cada nova investida das Forças de Defesa de Israel, que resulta em matança coletiva.

Quatro reféns foram libertados no acampamento de refugiados de Nuseirat à custa de 274 palestinos mortos. A imprensa deu maior publicidade a alegria das famílias dos reféns e diminuiu ao mínimo o significado do assassinato em massa de civis. No momento em que o secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken, se dirigia a Israel, mais 40 palestinos pagaram com a vida a luta por sua autodeterminação. Em pouco dias, o genocídio acrescentou em sua conta 314 mortos. Logo mais, o Estado sionista, Estados Unidos e aliados se responsabilizarão por 38 mil palestinos liquidados. A aprovação no Conselho de Segurança da ONU, no dia 10 de junho, da resolução apresentada pelos Estados Unidos para um cessar-fogo em Gaza se fez sobre mais uma pilha de mortos. O cinismo do imperialismo norte-americano não tem limites. As armas e o financiamento da Casa Branca ao Estado sionista estão impressos nos corpos de homens, mulheres, crianças, adolescentes e velhos palestinos. Os Estados Unidos jamais se livrarão da responsabilidade do genocídio, assim como a Alemanha carrega o pesado fardo histórico do Holocausto, voltado a eliminar os judeus.

A impunidade e a liberdade com que o governo de Netanyahu, apesar de sua crise política – acaba de renunciar Benny Gantz, do gabinete de guerra -, se deve não apenas

ao apoio do imperialismo, mas também da conivência da feudal burguesia árabe, da Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes, Jordânia e Catar. Deve-se também aos governos críticos à matança que em sua maioria continua mantendo relações econômicas e diplomáticas com Israel, a exemplo do Brasil. Mas o fundamental do combate ao genocídio e à defesa da nação oprimida se deve ao movimento de massa que se ergueu em várias partes do mundo desde o início da guerra iniciada pelo Estado sionista na Faixa de Gaza.

Os explorados e jovens ganharam as ruas sob a bandeira de fim da intervenção de Israel e pelo direito à autodeterminação do povo palestino. Constituiu-se um movimento de frente única anti-imperialista. Os acontecimentos mostraram que não se pode esperar de Estados e governos críticos da política de Israel, e muito menos da ONU, uma resolução em favor da Palestina. O problema está em que a mobilização internacional esbarrou na ausência de uma direção capaz de travar consequentemente a luta anti-imperialista e a defesa da nação oprimida. Os Estados Unidos passaram a se utilizar da velha manobra de um acordo que preveja a constituição de dois Estados. Volta-se à farsa de Oslo, para respaldar o massacre dos palestinos. É visível a influência política desse jogo sobre o movimento, que enfraqueceu nos últimos meses, quando deveria se fortalecer.

As ilusões de que o movimento poderia encontrar um caminho democrático para alcançar um cessar-fogo se esgotaram diante da prepotência militar do Estado sionista e da matança. A ação das massas mostrou o caminho para barrar o genocídio, mas, ao mesmo tempo, evidenciou a ausência de direções revolucionárias que pudessem centralizar o movimento internacional no terreno do combate anti-imperialista e anticapitalista.

A gravidade da situação se encarregou de pôr à luz do dia que se tratava não apenas de uma guerra de dominação numa pequena porção do Oriente Médio, mas também de um acontecimento vinculado à crise mundial do capitalismo, e, especificamente, à guerra na Ucrânia e o choque entre os Estados Unidos e a China. Está aí por que o conflito de Israel e Estados Unidos com o Irã conflui com a tendência da escalada bélica na Europa e na Ásia. A projeção internacional da OTAN dá a dimensão dos perigos de se chegar a uma guerra regional que pode evoluir para o nível mundial.

O Partido Operário Revolucionário, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CER-QUI), não descuidou um só segundo da luta internacional em defesa do povo palestino. Sob o programa estratégico de uma República Socialista da Palestina e dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, o POR tem trabalhado nos comitês e participado disciplinadamente na organização das manifestações. Este Manifesto que denuncia a maior matança na Faixa de Gaza em poucos dias faz um chamado às direções sindicais e políticas que se reivindicam dos trabalhadores a romperem a passividade e erguerem imediatamente uma nova onda de mobilização em todo o país, mais alta e mais poderosa. Essa deve ser a luta do internacionalismo proletário.

- **Pelo fim do genocídio do povo palestino!**
- **Pela retirada imediata e incondicional das Forças de Defesa de Israel da Faixa de Gaza!**
- **Pela autodeterminação dos palestinos!**
- **Por uma República Socialista que una judeus, palestinos e árabes!**